



INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 242, DE 16 DE outubro DE 2013.

*Modifica o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Descobrimento, no estado da Bahia.*

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – INSTITUTO CHICO MENDES**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012,

Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como os art. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de conselhos consultivos em unidades de conservação federais;

Considerando o Decreto Federal s/n de 20 de abril de 1999, que criou o Parque Nacional do Descobrimento, no Estado da Bahia;

Considerando a Portaria ICM nº 10, de 1º de fevereiro de 2008, que criou o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Descobrimento; e

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo nº 02070. 002851/2013- 11.

**RESOLVE:**

Art. 1º O art. 2º, incisos I a XXXIII e seus parágrafos, da Portaria nº 10, de 1º de fevereiro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Conselho Consultivo do Parque Nacional do Descobrimento é composto pelas seguintes representações da administração pública e dos segmentos da sociedade civil:

**I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- a) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;
- b) Coordenação Regional do Sul da Bahia da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, sendo um titular e um suplente;
- c) Serviço Florestal Brasileiro – SFB, sendo um titular e um suplente;

*M. X*

- d) Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB, sendo um titular e um suplente;
- e) Universidade do Estado da Bahia – UNEB, sendo um titular e um suplente;
- f) Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – INEMA, sendo um titular e um suplente;
- g) Polícia Civil de Prado/BA; sendo um titular e um suplente;
- h) Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Prado/BA – SEMMA, sendo um titular e um suplente;

## II – DA SOCIEDADE CIVIL

- a) Faculdade Pitágoras de Teixeira de Freitas, sendo um titular e um suplente;
- b) Faculdade do Sul da Bahia – FASB, sendo um titular e um suplente;
- c) Mineração de Caulim Monte Pascoal S/A, sendo um titular e um suplente;
- d) Fábria Celulose S/A; sendo um titular e um suplente;
- e) Associação Flora Brasil, sendo um titular e um suplente;
- f) Associação Pradense de Proteção Ambiental – APPA, sendo um titular e um suplente;
- g) Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pontinha I, sendo um titular e um suplente;
- h) Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pontinha II, sendo um titular e um suplente;
- i) Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto Guaíra, sendo um titular e um suplente;
- j) Associação para Preservação do Pólo do Descobrimento – APPD, sendo um titular e um suplente;
- k) Associação dos Pequenos Produtores Nova Esperança, sendo um titular e um suplente;
- l) Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Riacho das Ostras – ACROPARO, sendo um titular e um suplente;
- m) Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto Cumuruxatiba, sendo um titular e um suplente;
- n) Associação Pradense de Restaurantes, Hotéis, Operadoras, Pousadas e Estabelecimentos Comerciais – APRHOPE, sendo um titular e um suplente;
- o) Associação dos Moradores e Vizinhos Amigos do Parque Nacional do Descobrimento – AMEPARNA, sendo um titular e um suplente;
- p) Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Costa do Descobrimento, sendo um titular e um suplente;

*Handwritten signature*

- q) Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia - Terra Viva, sendo um titular e um suplente;
- r) Coletivo de Educadores Livres e Solidários de Alcobaça - CELS, sendo um titular e um suplente;
- s) Cooperativa de Produção Agropecuária Unidos Venceremos, sendo um titular e um suplente;
- t) Sindicato dos Trabalhadores (as) na Agricultura Familiar do Vale do Rio Jucuruçu - SINTRAF, sendo um titular e um suplente;
- u) Sindicato dos Produtores Rurais de Prado/BA, sendo um titular e um suplente;
- v) Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Sul da Bahia - FINPAT, sendo um titular e um suplente;
- w) Comunidade Cahy, sendo um titular e um suplente;
- x) Comunidade Tibá, sendo um titular e um suplente;
- y) Comunidade Alegria Nova, sendo um titular e um suplente; e
- z) Comunidade Monte Dourado, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional do Parque Nacional do Descobrimento a quem compete indicar seu suplente."(NR)

Art. 2º O artigo 3º da Portaria nº 10, de 1º de fevereiro de 2008, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

§1º O Conselho Consultivo deverá rever seu regimento interno, caso necessário, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de posse.

§2º O regimento interno deverá ser encaminhado à Coordenação responsável do Instituto Chico Mendes - Sede para conhecimento."(NR)

"Art. 3º A - O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público."

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
ROBERTO RICARDO VIZENIN  
Presidente

PUBLICADO NO DOU Nº	202
Seção	01
Pág.	51
de	17
de	1 outubro 2013





Comunidade Mata do Mela 37, três pesqueiros denominados Ingereta, Columbi, Rodríguez e Desafio, somente é permitida a pesca de linha.

38. Reconstruir os muros pesqueiros de linha, reduzir a velocidade dos muros de linha para a 5 km/h e o limite de 600 metros antes de chegar ao local.

39. Cada barco só pode utilizar, no interior da comunidade, até 40 pontos de rede totalizando 200m.

GLOSSÁRIO
Pesqueiro: local onde ocorre maior concentração de peixe.
Pescar: tirar o peixe ou jogar o anzol de pesca de linha pequena usada para a pesca de camarão.

Zangana: Peixe de até 80 cm de comprimento que é exposto na borda do mangueiral fixado com estacas formando cercas, é colocado durante o maré baixa.

Beneficente: São construtores e trabalhadores, tais como ceceas, poças, veredas, cercas, plantações, curas, currais.

Caçoira: Rede de pesca de estalhar, utilizada à deriva ou fundida.

Vera: Mideira de mangue, proveniente da espécie Laguncularia racemosa, popularmente conhecida como Mangue Branco.

PORTARIA Nº 241, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013

Revoga o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Pirapitinga, no estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministério de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012.

Considerando o disposto no art. 13 da Lei nº 9.965, de 18 de julho de 2000, bem como no art. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamentou;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de conselhos consultivos em unidades de conservação federais;

Considerando o Decreto nº 94.836 de 20 de julho de 1987, que criou o Conselho Consultivo de Pirapitinga, no estado de Minas Gerais;

Considerando a Portaria IBAMA nº 97, de 17 de dezembro de 2004, que criou o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Pirapitinga;

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Águas Socioambientais e Conservação Territorial em Unidades de Conservação no Processo nº 02070.00280/2013-7R, resolve:

Art. 1º Fica revogado o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Pirapitinga, com a finalidade de contribuir para o efetivo cumprimento dos objetivos de criação e implementação do Plano de Manejo da Unidade.

Art. 2º O Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Pirapitinga é composto pelas seguintes representações da administração pública e das sociedades civis:

- I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
a) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;
b) Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/MS, como titular e a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, suplente;
c) Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Mucuri - CODEVASF, como titular e o Comitê de Sociedades Históricas do Entorno do Represa de Três Marias - CBH-SF4, suplente;
d) Polícia Militar Ambiental de Minas Gerais, como titular e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER/MG, suplente;
e) Prefeitura Municipal de Monte Novo de Minas, como titular e a Secretaria Municipal de Educação, suplente;
f) Prefeitura Municipal de Três Marias, como titular e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, suplente;
g) Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Abaeté, como titular e a Escola Municipal Olinda Gonçalves, suplente;
II - DA SOCIEDADE CIVIL
a) Associação Regional de Proteção Ambiental das Gerais - ARPA das GERAIS, como titular e o Projeto Vale, Remo, Responsabilidade Socioambiental e Lazer - VERSOL, suplente;
b) Instituto Ceres, Cultura, Meio Ambiente e Cidadania, como titular e Associação Independente de Pescadores de São Gonçalo do Abaeté e João Pinheiro - APESCA, suplente;
c) Colônia 2-05 dos Pescadores de Três Marias, como titular e o Federação de pescadores do Estado de Minas Gerais, suplente;
d) Associação Minas Zêzê S/A, como titular e Companhia Energética de Minas Gerais CEMIG, suplente;
e) Gerada Águas Lajeado S/A, como titular e Sindicato dos Produtores Rurais de Monte Novo da Minas, suplente;
f) Consórcio dos Municípios do Lago de Três Marias - CUMLAGO, como titular e Associação dos Municípios do Circuito Turístico do Lago de Três Marias - TURLAGO, suplente.
Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional da Estação Ecológica de Pirapitinga, a quem compete indicar seu suplente (NR).

Art. 3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Pirapitinga serão estabelecidos em regulamento interno elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião.

§ 1º O Conselho Consultivo deverá rever seu regulamento interno, caso necessário, no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de posse.

§ 2º Antes de sua instalação ou exonação pelo Conselho, o regulamento interno deverá ser encaminhado à Coordenação responsável do Instituto Chico Mendes - Sede para conhecimento.

Art. 4º O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 5º Toda proposta de alteração na composição do Conselho Consultivo deve ser encaminhada com ata de reunião do Conselho e submetida à decisão da Presidência do Instituto Chico Mendes para publicação de novo Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

PORTARIA Nº 242, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013

Modifica a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Desembocamento, no estado de Bahia.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministério de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012.

Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.965, de 18 de julho de 2000, bem como no art. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamentou;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de conselhos consultivos em unidades de conservação federais;

Considerando o Decreto Federal nº 20 de abril de 1999, que criou o Parque Nacional do Desembocamento, no Estado da Bahia;

Considerando a Portaria ICM nº 10, de 1º de fevereiro de 2008, que criou o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Desembocamento;

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Águas Socioambientais e Conservação Territorial em Unidades de Conservação no Processo nº 02070.00280/2013-11, resolve:

Art. 1º O art. 2º, incisos I a XXXIII e seus parágrafos, da Portaria nº 10, de 1º de fevereiro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O Conselho Consultivo do Parque Nacional do Desembocamento é composto pelas seguintes representações da administração pública e das sociedades civis:

- I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
a) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;
b) Coordenação Regional do Sul da Bahia da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, sendo um titular e um suplente;
c) Serviço Florestal Brasileiro - SFB, sendo um titular e um suplente;
d) Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB, sendo um titular e um suplente;
e) Universidade do Estado da Bahia - UNEB, sendo um titular e um suplente;
f) Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - INEMA, sendo um titular e um suplente;
g) Polícia Civil de Prado/BAL, sendo um titular e um suplente;
h) Secretaria Municipal do Meio Ambiente de PROCEA - SEMMA, sendo um titular e um suplente;
II - DA SOCIEDADE CIVIL
a) Fundação Espírito de Teixeira de Freitas, sendo um titular e um suplente;
b) Fundação do Sul da Bahia - FASB, sendo um titular e um suplente;
c) Mineração de Caulim Monte Pessol S/A, sendo um titular e um suplente;
d) Filia Oculuzes S/A, sendo um titular e um suplente;
e) Associação Flora Brasil, sendo um titular e um suplente;
f) Associação Pradense de Proteção Ambiental - APPA, sendo um titular e um suplente;
g) Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Penitência, sendo um titular e um suplente;
h) Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Poitânia II, sendo um titular e um suplente;
i) Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto Quindim, sendo um titular e um suplente;
j) Associação para Proteção do Rio do Desembocamento - APED, sendo um titular e um suplente;
k) Associação dos Pequenos Produtores Novo Espetema, sendo um titular e um suplente;
l) Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Riacho das Ostras - ACROPARO, sendo um titular e um suplente;

m) Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto Comunidade, sendo um titular e um suplente;

n) Associação Pradense de Restaurantes, Bistrô, Operadoras, Pastarias e Estabelecimentos Comerciais - APRAPOE, sendo um titular e um suplente;

o) Associação dos Moradores e Vizinhos Amigos do Parque Nacional do Desembocamento - AMEPARNA, sendo um titular e um suplente;

p) Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Costa do Desembocamento, sendo um titular e um suplente;

q) Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Externado Sul da Bahia - Terra Viva, sendo um titular e um suplente;

r) Colônia de Educadores Livres e Solidários de Alcobrega - CELS, sendo um titular e um suplente;

s) Cooperativa do Produto Agropecuário Unidos Veredas, sendo um titular e um suplente;

t) Sindicato dos Trabalhadores (as) no Agrupamento Familiar do Vale do Rio Jeconu - SINTRAF, sendo um titular e um suplente;

u) Sindicato dos Produtores Rurais de Prado/BAL, sendo um titular e um suplente;

v) Federação Indígena das Nações Pano e Tupinambá do Sul da Bahia - FENPAT, sendo um titular e um suplente;

w) Comunidade Coby, sendo um titular e um suplente;

x) Comunidade Tibá, sendo um titular e um suplente;

y) Comunidade Alegria Nova, sendo um titular e um suplente; e

z) Comunidade Monte Ourado, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional do Parque Nacional do Desembocamento a quem compete indicar seu suplente (NR).

Art. 2º O artigo 3º da Portaria nº 10, de 1º de fevereiro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

3º O Conselho Consultivo deverá rever seu regulamento interno, caso necessário, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de posse.

§ 2º O regulamento interno deverá ser encaminhado à Coordenação responsável do Instituto Chico Mendes - Sede para conhecimento (NR).

Art. 3º A - O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

PORTARIA Nº 243, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013

Modifica a composição do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Itaipava no estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministério de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012.

Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.965, de 18 de julho de 2000, bem como no art. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamentou;

Considerando a Instrução Normativa ICM nº 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de conselhos consultivos em unidades de conservação federais;

Considerando o Decreto nº 530, de 20 de maio de 1992, que criou a Floresta Nacional de Itaipava;

Considerando a Portaria nº 121, de 24 de setembro de 2001, que criou o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Itaipava;

Considerando a Portaria nº 30, de 06 de maio de 2008, que modificou o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Itaipava;

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Águas Socioambientais e Conservação Territorial em Unidades de Conservação no Processo nº 02072.00029/2012-15, resolve:

Art. 1º O art. 2º, incisos I a XXVI e Parágrafo Único da Portaria nº 30, de 06 de maio de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

- Art. 2º O Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Itaipava é composto pelas seguintes representações da administração pública e das sociedades civis:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
a) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;
b) Superintendência Regional de São Paulo - SR 08 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como titular e o Fundação Instituto de Terra de Ilhaco de São Paulo - FTESP, suplente;
c) Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN/SP, sendo um titular e um suplente;
d) Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - ARAMAR, sendo um titular e um suplente;
e) Companhia de Polícia Ambiental - Região Sorocaba, sendo um titular e um suplente;
f) Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA, sendo um titular e um suplente;

